

Ministro WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA

Ministro do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)



Wellington César Lima e Silva (60), natural de Salvador (BA), é advogado com mestrado em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Além disso, integralizou os créditos do doutorado em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Pablo de Olavide (Sevilha/Espanha), tendo atuado como professor de Direito Penal em cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Consolidou sua carreira jurídica no Ministério Público da Bahia (MP-BA), onde atuou como promotor e procurador-geral de Justiça. Ingressou na instituição em 1991, tendo chefiado a instituição por dois mandatos, entre os anos de 2010 e 2014. Foi indicado procurador-geral da Justiça na Bahia pelo ex-governador Jaques Wagner, quando teve forte atuação no combate ao crime organizado.

Em 2016, durante o Governo de Dilma Rousseff (PT), Lima e Silva chegou a comandar a pasta por 11 dias, porém renunciou ao cargo quando o Supremo Tribunal Federal (STF) barrou sua indicação enquanto exercesse cumulativamente a função de procurador de Justiça da Bahia. Na ocasião, preferiu continuar no MP-BA e entregou sua demissão, sendo substituído pelo vice-procurador geral eleitoral à época, Eugênio Aragão.

Em 2023, aposentou-se como procurador de Justiça do MP-BA para assumir a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência da República, a convite do presidente Lula.

Antes de ser [nomeado](#) para o cargo, Lima e Silva atuava como advogado-geral da Petrobrás desde 2025.

Atribuições do Cargo

São [áreas de competência](#) do ministro da Justiça e Segurança Pública, dentre outras:

- » defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- » defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- » nacionalidade, migrações e refúgio;
- » prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo;
- » coordenação de ações para o combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e crimes violentos;
- » coordenação e promoção da integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos;
- » desenvolvimento de estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias afetas ao Ministério;
- » tratamento de dados pessoais;
- » Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- » direitos digitais; e
- » reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas.

Informações em destaque

- » Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP, desde 2026);
- » Advogado-Geral da Petrobrás (2025-2026);
- » Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil (2023-2024);
- » Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP, 2016);
- » Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos do Ministério Público da Bahia (MP-BA, 2014-2020); e
- » Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia (MP-BA, 2010-2014).